

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E DIREITOS HUMANOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2025.

Presidência: Vereador Professor Diego. **Abertura:** 19h40min. **Quórum de Abertura:** Registrada a presença dos Vereadores membros da Comissão Eugênio Ferreira (Republicanos), Professor Diego (Cidadania), Serginho da Rádio (PL), Aninha (NOVO) e Paulo César Rodrigues (União Brasil). **Sumário: 1ª Parte: Expediente:** Constatada a presença do quórum regimental foi dispensada a leitura e aprovada a ata da 42ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura, realizada em 29 de dezembro de 2025. **2ª Parte: ORDEM DO DIA: PARECER N.º 855/2025,** emitido pelo Vereador Serginho da Rádio, favorável às Emendas n.º 1 e 2, de autoria das Emendas Vereador João Alfredo, ao Substitutivo n.º 1, do Projeto de Lei n.º 92/2025, de autoria do Prefeito, Thiago Martins Rodrigues, que “Altera nomenclatura e requisito de provimento do cargo que especifica, institui novo Grupo Ocupacional Administração Tributária, nova Tabela de Vencimentos e Gratificação de Eficiência e Produtividade na Atividade Tributária – GEPAT, altera a Lei n.º 3.159, de 18 de junho de 2018, que “reestrutura o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores efetivos do Quadro Geral da Administração e da Saúde da Prefeitura Municipal de Unaí...” e dá outras providências”. Dispensada a leitura do parecer e não havendo discussão, o Presidente o submeteu a turno único de votação, ficando aprovado o voto do relator por três votos favoráveis, um voto contrário do Vereador Eugênio Ferreira, nenhuma abstenção e nenhuma ausência. A Comissão emitiu parecer favorável às Emendas n.º 1 e 2 ao Substitutivo n.º 1, do Projeto de Lei n.º 92/2025. **PARECER DE REDAÇÃO FINAL N.º 858/2025,** emitido pelo Vereador Paulo César Rodrigues, ao Projeto de Lei n.º 87/2025, de autoria do Vereador Nazareno Paulino, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de percentual de questões de conhecimento histórico-geográfico nas seleções realizadas por órgãos da Administração Pública e Empresas Públicas do Município de Unaí”. Dispensada a leitura do parecer e não havendo discussão, o Presidente o submeteu a turno único de votação, ficando aprovado o voto do relator por quatro votos favoráveis, nenhum voto contrário, nenhuma abstenção e nenhuma ausência. A Comissão emitiu parecer de redação final ao Projeto de Lei n.º 87/2025. **PARECER DE REDAÇÃO FINAL N.º 850 /2025,** emitido pelo Vereador Paulo César Rodrigues, ao Substitutivo n.º 1 do Projeto de Lei n.º 51/2025, de autoria do Prefeito, Thiago Martins Rodrigues, que “Ratifica o Contrato de Consórcio Público e o Estatuto Social do Consórcio Interfederativo Minas Gerais - Ciminias, e autoriza a adesão do Município de Unaí (MG)”. Dispensada a leitura do parecer e não havendo discussão, o Presidente o submeteu a turno único de votação, ficando aprovado o voto do relator por três votos favoráveis, nenhum voto contrário, uma abstenção da Vereadora Aninha e nenhuma ausência. A Comissão emitiu parecer de redação final ao Substitutivo n.º 1 do Projeto de Lei n.º 51/2025. **PARECER DE REDAÇÃO FINAL N.º 851/2025,** emitido pelo Vereador Paulo César Rodrigues, ao Projeto de Lei n.º 42/2025, de autoria do Prefeito, Thiago Martins Rodrigues, que “Altera dispositivos da Lei Complementar n.º 3, de 14 de junho de 1991, que “institui o Código de Posturas do Município de Unaí, Estado de Minas Gerais” e da Lei Complementar n.º 37, de 29 de setembro de 2000, que “institui o Código Sanitário do Município”. Dispensada a leitura do parecer e não havendo discussão, o Presidente o submeteu a turno único de votação, ficando aprovado o voto do relator por três votos favoráveis, um voto contrário da Vereadora Aninha, nenhuma abstenção e nenhuma ausência. A Comissão emitiu parecer de redação final ao Projeto de Lei n.º 42/2025. **PARECER DE REDAÇÃO FINAL N.º 849/2025,** emitido pelo Vereador Paulo César Rodrigues, ao Projeto de Lei n.º 107/2025, de autoria do Vereador Paulo Arara, que “Reconhece de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais Unidos do Rosário”. Dispensada a leitura do parecer e não havendo discussão, o Presidente o submeteu a turno único de votação, ficando aprovado o voto

